

Parque Nacional Maturembá: diálogos sobre ecofeminismos, porvir decolonial e um descobrimento desnudado

Maturembá National Park: dialogues on ecofeminisms, decolonial horizons, and an unmasked discovery

Parque Nacional Maturembá: diálogos sobre ecofeminismos, futuro decolonial y un descubrimiento desnudado

Virginia Martins Fonseca*
Débora Schmitt Kavalek**

*Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Territórios Protegidas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Brasil
virginia.martins@ufvjm.edu.br

**Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, Brasil
debora.kavalek@ufsb.edu.br

Recebido em 18/11/2025. Aceito para publicação em 02/07/2026.
Versão online publicada em 30/07/2026 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este artigo analisa o processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá, buscando dialogar com as perspectivas ecofeministas e com um porvir decolonial. A pesquisa possui abordagem qualitativa-interpretativa e fundamentou-se em entrevista semiestruturada com Juliana Cristina Fukuda, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de fontes bibliográficas e documentais, analisadas a partir da perspectiva da escrita encarnada. Dentre os resultados, evidenciamos como a relação com a natureza atravessa a individualidade da entrevistada, permeada por princípios ecofeministas, considerando tons de ordem pessoal e sociopolítica, sensíveis às relações entre o local e o global. Entendemos que sua mediação no processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento, implicou em conduzir um interesse legítimo de quem estava no território, e visibilizou uma contradição político-institucional, sob a lente da decolonialidade. Portanto, ainda que o protagonismo feminino tenha sido sutil nos diálogos ocorridos no território, observamos que se trata de um processo em construção, que questiona o colonialismo e o patriarcado por meio de iniciativas de empoderamento feminino como práticas paulatinas, cotidianas, de resistências, saberes, fazeres e sentires de forma singular e potente.

Palavras-chave: Sul Global. Decolonialidade. Gestão institucional. Red denominação. Parque Nacional do Descobrimento.

Abstract:

This article analyzes the renaming process of the Parque Nacional do Descobrimento (Discovery National Park) to Parque Nacional Maturembá, seeking to engage with ecofeminist perspectives and a decolonial future. The research employs a qualitative-interpretative approach, based on a semi-structured interview with Juliana Cristina Fukuda, an environmental analyst at the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio), as well as bibliographic and documentary sources, pursuing interpretation from the perspective of embodied writing. Among the results, we highlight how the interviewee's relationship with nature permeates her individuality, shaped by ecofeminist principles that encompass both personal and socio-political dimensions, attentive to the interconnections between the local and the global. We understand that her mediation in the renaming process of the Parque Nacional do Descobrimento (Descobrimento National Park) involved articulating the legitimate interests of those inhabiting the territory and made visible a political-institutional contradiction through the lens of decoloniality. Therefore, although female protagonism has manifested only subtly in the dialogues within the territory, we regard this as an ongoing process that challenges colonial and patriarchal structures through women's empowerment initiatives embodied in gradual, everyday practices of resistance, knowledge, action and feeling, in unique and powerful ways.

Keywords: Global South. Decoloniality. Institutional management. Renaming. Parque Nacional do Descobrimento.

Resumen:

Este artículo analiza el proceso de cambio de nombre del Parque Nacional do Descobrimento a Parque Nacional Maturembá, buscando abordar perspectivas ecofeministas y un futuro decolonial. La investigación emplea un enfoque cualitativo-interpretativo, basado en una entrevista semiestructurada con Juliana Cristina Fukuda, analista ambiental del Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad (ICMBio), así como en fuentes bibliográficas y documentales, buscando la interpretación desde la perspectiva de la escritura encarnada. Entre los resultados, evidenciamos como la naturaleza atraviesa la individualidad de la entrevistada, impregnada de principios ecofeministas, considerando asuntos de orden personal y sociopolítico, sensibles a las relaciones entre lo local y lo global. Entendemos que su mediación en el proceso de red denominación del Parque Nacional do Descobrimento implicó perseguir un interés legítimo de quienes se encontraban en el territorio e hizo visible una contradicción político-institucional, desde una perspectiva de descolonización. Por más que el protagonismo femenino haya sido sutil en los diálogos que tuvieron lugar en el territorio, observamos que se trata de un proceso en construcción, que cuestiona el colonialismo y el patriarcado a través de iniciativas de empoderamiento femenino como prácticas graduales, cotidianas, de resistencia, saberes, sentires y haceres de manera singular y poderosa.

Palabras-clave: Sur Global. Decolonialidad. Gestión institucional. Redenominación. Parque Nacional do Descobrimento.

1. Introdução

É na seara dos ecofeminismos que pretendemos analisar como vem ocorrendo o processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento (PND), um território protegido e categorizado como uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral (PI), localizada no município de Prado, a aproximadamente 800 quilômetros de Salvador, na Bahia, Brasil.

Esta UC recém completou 25 anos de sua criação, que ocorreu em abril de 1999, justamente no contexto das celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, mas a comunidade não foi consultada quanto ao nome que receberia. Movimentos sociais e comunidades indígenas têm, desde então, destacado a necessidade de mudança do nome, para que este reflita o território protegido, de forma mais genuína e fidedigna. Tanto que em fevereiro de 2023, durante as oficinas preparatórias da revisão do Plano de Manejo do PND,

como em março de 2023, diante da assinatura de Termo Aditivo¹ com a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, tais questionamentos ressurgiram com significativa potência. Salientamos que Wapichana sugeriu que o PND ganhasse um nome em língua Pataxó, já que a palavra descobrimento não condiz com o histórico do Brasil que, na verdade, foi invadido e não descoberto. Essa fala, somada à reivindicação da comunidade indígena de longa data, sensibilizou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como pauta para a mudança do nome do parque:

Todo este processo de consulta pública é uma ação educativa, onde a sociedade é convidada a pensar sobre um tema proposto, no caso, o nome “Descobrimento”. Ao problematizar o nome, estimula-se o questionamento sobre o que ele representa, a história colonial que carrega, o modelo de ocupação territorial e de exploração da natureza na região do parque (UFSB, 2023).

O movimento de descolonização do nome destaca não apenas a necessidade de alterar o termo “Descobrimento”, mas também questiona práticas coloniais associadas a esse nome (FUNAI, 2023).

O movimento de descolonização do PND parte do questionamento das origens do nome e problematiza, também, as práticas coloniais que esse nome carrega. Destaca-se o fato de que a palavra “descobrimento” é antropocêntrica – enfatiza a presunção de superioridade das ações humanas sobre múltiplas formas de vida que coexistem no Parque. É etnocêntrica – destaca um modo de dominação de um determinado grupo étnico sobre outros grupos, outros povos, outros seres vivos. É homogeneizadora – fixa o sentido da história a partir do início da colonização portuguesa. A produção do termo “descobrimento” atualiza também as práticas de dominação de gabinete sobre a vasta diversidade socioambiental constitutiva da vida pública em escalas locais e planetárias (Pimentel; Fukuda, 2023).

Assim, apresentamos os resultados parciais obtidos em uma pesquisa de pós-doutoramento, em que foram realizadas algumas entrevistas considerando a percepção de quem esteve e atuou no território de forma ativa. Nesta seara, logo após sinalizar a metodologia adotada, a primeira seção trata de alguns princípios teóricos acerca dos ecofeminismos, sob a ótica do Sul Global e da Decolonialidade. Na sequência, a proposta é refletir sobre um tema tão necessário quanto urgente ao território, diante da entrevista concedida pela analista ambiental Juliana Fukuda, descortina-se seu relato sobre as nuances de sua atuação no PND, considerando suas memórias de infância, quando estabeleceu seu vínculo umbilical com a natureza, incluindo sua trajetória acadêmica até sua atuação profissional no ICMBio e no PND. A intenção do manuscrito se configura como uma entrevista dialogada com autoras, uma vez que permeia as

¹ Para a prorrogação do Termo de Compromisso nº 02/2018, firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o povo Pataxó.

falas da entrevistada com aspectos conceituais que podem ser importantes e interessantes para leitoras e leitores. De tal modo, Juliana contextualiza, de maneira bastante modesta, como foi a condução, em termos institucionais, desta demanda tão pujante apresentada pelo povo Pataxó, para que possamos apresentar algumas provocações finais no intuito de nos mantermos atentas (os) aos desdobramentos dos próximos capítulos desta pauta, imprescindível, que está em tela nos bastidores político-institucionais do Brasil, uma vez que até junho de 2026, não houve qualquer oficialização acerca da efetiva mudança do nome no Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá², seja pela Casa Civil, seja pelo Ministério do Meio Ambiente.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo compreender em que medida o processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá, dialoga com os princípios dos ecofeminismos e com perspectivas de um porvir decolonial. Para isso, apresentamos uma análise fundamentada na entrevista concedida pela analista ambiental Juliana Cristina Fukuda, buscando articular fontes bibliográficas e documentais que possibilitem compreender as dimensões históricas, políticas, institucionais e socioambientais que atravessaram esse processo, entre os anos 2023 e 2024.

Partimos do entendimento de que a mudança de nomenclatura do parque ultrapassa uma alteração administrativa ou simbólica, constituindo-se como um movimento de questionamento das narrativas coloniais associadas ao termo “descobrimento”, de valorização dos saberes e da presença histórica do povo Pataxó no território e de construção de novas possibilidades de relação entre sociedade e natureza.

2. Metodologia

A entrevista semiestruturada foi realizada pelo Google Meet, sob autorização do Comitê de Ética em Pesquisa. Buscamos, sob a perspectiva da pesquisa encarnada (Messeder; Nascimento, 2020), uma interpretação não convencional como resultado dessa pesquisa científica. Em tempos em que somos atropelados pela inteligência artificial, entendemos que adotar uma escrita encarnada implica em coadunar com Katia Alexsandra dos Santos e Ana Claudia Silva Abreu (2024), uma vez que para ter coragem em conceber outros modelos de produção do saber, nos parece essencial compreender que a subjetividade pode substituir a

² Maturembá significa “mata grossa/densa” em patxohã – língua falada pelos Pataxó, e o processo de red denominação não é uma simples troca de nome, pois está imbuído de uma mudança epistêmica e linguística, com a valorização da língua Pataxó.

neutralidade e a objetividade, já que inevitavelmente a separação entre teoria e prática dá lugar a um sujeito epistêmico situado, que se caracteriza não pela separação com o seu objeto de pesquisa e sim pelo seu envolvimento com ele. Nos inspiramos nessas autoras quanto a um modo de apresentar dado conhecimento que destaca centralidade à experiência, aos processos históricos que posicionam sujeitos, e para tanto, adotamos três procedimentos indicados: a) Escrever em primeira pessoa no intuito de produzir o efeito de presença autoral no texto; b) Transcrever o nome completo para a identificação de gênero e dar maior visibilidade às autoras e aos autores no primeiro momento em que são referenciadas (referenciados) e; c) Articular aspectos entre teoria e prática/ ciência e ativismo.

De tal modo, consideramos essa pesquisa como qualitativa-interpretativa, com fontes bibliográficas e documentais e buscamos integrar marcos teóricos diversos à narrativa da analista ambiental Juliana Fukuda, no intuito de compreender se o processo para nomeação como Parque Nacional Maturembá dialoga com movimentos ecofeministas numa perspectiva de porvir decolonial. Ademais, foram adotadas algumas analogias contemporâneas, para suscitar na leitora (no leitor) o que poderia talvez ser denominado como “um chamado” que busca ser tão sensível quanto crítico a esta temática que nos é tão cara e necessária.

Como procedimentos metodológicos adotados, destacamos que a entrevista foi realizada em janeiro de 2025, gravada e transcrita, após a anuência da entrevista por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os principais pontos abordados na entrevista semiestruturada se pautaram na trajetória pessoal, acadêmica e profissional da entrevistada, com foco em sua atuação enquanto gestora do Parque Nacional do Descobrimento. A aposta em uma escritura encarnada vem do reconhecimento de que há uma singularidade importante a ser percebida e valorizada em cada ser pensante que é apre(e)ndida durante o processo de escritura da pesquisa com a experiência, e dessa forma o uso de fontes bibliográficas e documentais (como a análise das reuniões, escutas sociais, audiência pública e a live produzida no perfil do PND no Instagram) teve como intuito fundamental e esclarecer aspectos tanto conceituais como práticos observados no território. Esses instrumentos metodológicos possibilitaram compreender os diálogos estabelecidos no território, os fundamentos apresentados para a red denominação do parque e os desdobramentos político-institucionais relacionados ao processo.

3. Ecofeminismo, Sul Global e Decolonialidade: relações escancaradas?

Podemos compreender como ecofeminismos os movimentos ambientais que são permeados por uma diversidade de outros movimentos que questionam o capitalismo (enquanto ordem econômica) e o patriarcado (enquanto ordem cultural e simbólica) - desde o século passado e principalmente pelo gênero feminino, sendo visibilizados com maior efervescência na contemporaneidade.

Dentre as correntes de ecofeminismos, inicialmente as definimos como essencialista e construtivista. Na primeira busca-se preservar os vínculos entre a mulher e a natureza, sob a perspectiva ontológica de que a mulher é mais predisposta à conservação da natureza que o homem, pois tem como característica intrínseca a geração da vida, bem como, se reconhece que a opressão de gênero dá origem a todas as demais opressões. Já a segunda, a corrente construtivista, surge na interação que existe entre mulheres-natureza sob a influência de seus ideais antirracistas, antielitistas e sua crítica ao antropocentrismo. Outrossim, Elizabeth Peredo Beltrán (2019) evidencia o ecofeminismo como uma resposta do Sul Global com diferentes características: a luta ancestral das mulheres na crítica ao patriarcado e mau-desenvolvimento³.

Jesús Aise Sotolongo (2024) aponta que, a perspectiva geopolítica de caráter multidimensional é essencial para compreender o conceito Sul Global. Para o autor, a maior provocação do conceito está nessa lente, uma vez que se refere a um conglomerado de Estados que foram vítimas de desigualdades, durante muito tempo, devido às suas limitações geográficas e socioeconômicas, mas que vêm se posicionando combativamente no cenário mundial, por representar outras realidades *versus* a perspectiva hegemônica. O conceito de Sul Global contribui para a percepção de um mundo orientado para a multipolaridade e representa um rol de países imbuídos com singularidades diversas, imersos em uma realidade emergente que os orienta a atuar de forma colaborativa em questões políticas, econômicas, sociais, técnicas, ambientais e culturais, por meio de princípios como o respeito pela soberania, a independência, a igualdade, a não condicionalidade e a não interferência nos assuntos internos; em busca de benefícios mútuos.

³ Termo cunhado pela ativista indiana Vandana Shiva, o "mau desenvolvimento" é um modelo econômico e corporativo imposto como solução, mas que na verdade gera pobreza e destruição. Ele promove a monocultura, a concentração de terras, a dependência de agrotóxicos e restringe a soberania alimentar das comunidades locais.

Para elucidar tal conceito, destacamos a atuação de Claudia Sheinbaum⁴ frente aos anúncios de Donald Trump⁵ de sobretaxar a exportação de produtos mexicanos nos Estados Unidos. Enquanto as tensões comerciais entre os dois países se avolumavam, a presidenta mexicana⁶, na assembleia de Zócalo⁷, apresentou uma potente narrativa geopolítica que se referia tanto à posição do governo frente às pressões internacionais, como um chamado à mobilização popular.

Algumas afirmações, como as citadas abaixo, nos acalenta o espírito diante de tempos tão difíceis e ditados pelos algoritmos de ultradireita das redes sociais:

- a) *"no podemos ceder en nuestra soberanía ni puede resultar afectado el pueblo por gobiernos o hegemonías extranjeras"*;
- b) *"Siempre actuaremos de inmediato"*;
- c) *"Afortunadamente ha prevalecido el diálogo y el respeto entre nuestras naciones"* e;
- d) *"Somos naciones en igualdad de circunstancias, no somos más, pero tampoco somos menos. Siempre pondremos por encima de todo el respeto a nuestro amado pueblo y a nuestra bendita nación"* (Sheinbaum Pardo, 2025, s.p.)

O ato convocado por Sheinbaum (Figura 1) evidencia uma crítica contundente à razão dicotômica e androcêntrica do desenvolvimento que, segundo Vandana Shiva (1995), "tem a perversidade em pensamento e ação, e por isso pode ser denominado como mau desenvolvimento" (p. 113).

⁴ Cientista climática de 62 anos que se tornou a primeira mulher presidenta do México, em outubro de 2024.

⁵ Quando assumiu o segundo mandato, como presidente nos Estados Unidos, no dia 20 de janeiro de 2025.

⁶ Gravação do discurso em praça pública disponível na íntegra no perfil do Instagram @claudia_shein.

⁷ 09 de março de 2025, por meio de uma assembleia popular na Praça do Zócalo, com estimativa de mais de 350 mil pessoas.

Figura 1 – Assembleia-festival em Zócalo na Cidade do México convocada por Sheinbaum



Fonte: Claudia Sheinbaum Pardo (2025).

Um modelo econômico ocidental imposto aos países do então chamado Terceiro Mundo, que enaltece a expropriação e destruição da natureza para beneficiar as elites mundiais, incorporando os princípios do colonialismo, uma vez que toma como eixo central a destruição dos bens naturais e expansão do capitalismo liberal (Beltrán, 2019). O mau desenvolvimento é tratado por Shiva (1995) como um reducionismo patriarcal violento com as mulheres, os povos originários e os camponeses, uma vez que declara os conhecimentos tradicionais como irracionais por meio de uma ciência moderna acachapante diante de fatos ancestrais. Para Beltrán (2019), vai ser na América Latina que surge o slogan ‘Meu Corpo, Meu Território’, um dos movimentos ecofeministas do Sul Global. Em que corroboramos:

Dentre a literatura ecofeminista e das Ecologias Políticas Feministas, as especificidades latino-americanas tecem uma rede de pensamentos em que se destaca: a historicidade da formação territorial, no compartilhar da experiência de um mesmo (ainda que heterogêneo) processo de colonização, que marca os diversos territórios e corpos, bem como empreitadas de descolonização do pensamento e dos territórios (considerando as continuidades que a colonialidade perpetua na globalização). Entre as distintas denominações ‘decolonial, descolonial, anticolonial’, a crítica à colonialidade tem grande força no feminismo latino-americano, bem como o feminismo tem importantes contribuições aos debates do pensamento decolonial (Moreira; Empinotti, 2023, p. 4).

Nessa mesma perspectiva, Maria Clara Dias, Suane Soares e Leticia Gonçalves (2019) confirmam que são problematizadas as matrizes epistemológicas dominantes e suas limitações de compreensão, que se referem às pretensões universalizantes do etnocentrismo ocidental como superior às demais culturas, uma vez que homogeneizam povos, identidades, linguagens, histórias e memórias. Para as autoras, “ecofeminismo e feminismo decolonial são – apesar de originados em pontos diferentes do globo – associáveis por meio de uma percepção de que a colonização não funciona sem a exploração da natureza e colonização dos povos que habitam determinadas regiões” (Dias; Soares; Gonçalves, 2019, p. 197-198).

Temos, ainda, a perspectiva da interseccionalidade, enquanto conceito que vem sendo visibilizado em diversos estudos acadêmicos:

[...] serve de forma bastante eficaz quando se trata de analisar contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero. A ruptura com uma visão monolítica de análise e sua popularização é, sem dúvida, uma das grandes contribuições dos estudos que utilizam a teoria da interseccionalidade. A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõe uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (Kyrillos, 2020, p. 1).

Kyrillos (2020) busca em sua pesquisa apresentar o contexto anterior ao surgimento do termo interseccionalidade, bem como, resguardar o caráter crítico e transformador do conceito, evidenciando as práxis das mulheres negras dentro da teoria feminista. Portanto, no Parque Nacional em análise, seria possível desnudar o termo ‘descobrimento’ promovendo tais princípios? E estes serem perpetuados em outros contextos?

4. Por uma lente feminina e institucional do processo

O Parque Nacional do Descobrimento é um dos quatro parques nacionais situados no extremo sul do estado da Bahia (Figura 2), criado pelo Decreto Federal de 20 de abril de 1999 (Brasil, 1999), com uma área de 21.129 ha e ampliado em mais 1.549 ha pelo Decreto Federal, de 05 de junho de 2012 (Brasil, 2012a), perfazendo uma área total atual de 22.673,97 ha, localizado na região denominada como Costa do Descobrimento⁸.

⁸ Região onde podem ser observadas marcas da primeira ocupação no Brasil, constituindo as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa. Foi reconhecida como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO em 1999, e possui quase 112.000 hectares, incluindo doze municípios da Bahia (entre Prado e Una) e quatro do Espírito Santo (entre Regência e Conceição da Barra).

No primeiro Plano de Manejo do PND (ICMBio, 2014), a denominação Costa do Descobrimento se refere ao fato de que foi nessa região, em 22 de abril de 1500, que Pedro Álvares Cabral desembarcou pela primeira vez na costa brasileira, e considerando seus valores históricos, culturais e cênicos, tal paisagem peculiar a diferencia do restante da Zona Costeira brasileira, com profundo significado para a memória nacional e reconhecida nas descrições da carta de Pero Vaz de Caminha. Já segundo o Plano de Manejo, revisado em 2023, trata que “Esse termo vem sendo questionado por reforçar a narrativa de quem chegou ao território, mas não aquela dos que aqui já estavam” (ICMBio, 2024a, p. 14).

América Lúcia Silva César (2011) nos brinda de forma cirúrgica com sua obra ‘Lições de Abril: a construção da autoria entre os Pataxós de Coroa Vermelha’, quando registra como o mês de abril do ano 2000, ao mesmo tempo em que condensava uma série de acontecimentos no âmbito do projeto governamental denominado ‘Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil’, também ocorria potente contestação articulada por diversos atores sociais, em torno do movimento ‘Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular’ ou, o também reconhecido ‘Brasil: outros 500’.

Map of the Parque Nacional do Descobrimento and surrounding areas in Bahia, Brazil.

Legend:

- Hidrografia (Hydrography)
- Limite do Parque (Park Boundary)
- Outras Unidades de Conservação (Other Conservation Units)
- Zona de Amortecimento (Buffer Zone)
- Limites Municipais (Municipal Boundaries)

Scale: 0 4 8 16 24 32 Km

Projection: Projecção UTM / 24S
Datum: SAD69
Fontes: SEI, MMA, IBGE, PND, ICMBIO, Fundação Biodiversitas

Map Labels: Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Estação Vera Cruz, APA Estadual de Coroa Vermelha, Parque Municipal Marinho do Recife de Fora, Parque Nacional do Pau Brasil, Rio Buranhém, Rio dos Frades, Rio da Barra, Rio do Trancoso, Porto Seguro, APA Estadual Caraiva-Trancoso, Itabela, Córrego Jambreiro, Córrego da Capoeira, Córrego de Pedra, Rio Caraiva, Córrego do Cemitério, Parque Nacional de Monte Pascoal, Rio Cosimbeiro, Itamaraju, Rio Jucuruçu, Braço Norte, Córrego de Fora, Córrego Palmeira, Vereda, Teixeira de Freitas, Alcobaca, Rio Jucuruçu, Córrego da Culla, Rio Jaraguá Grande, Parque Nacional do Descobrimento, Prado, Rio do Queimado, Oceano Atlântico, Jucuruçu, Rio da Barriguda, Córrego São Pedro, Córrego Fátima, Rio do Sul, Córrego Itaú, Córrego Grande.

Location Map: Shows the state of Bahia (BA) and its neighbors: PI, PE, AL, SE, ES, MG, GO, TO.

Para Onde!?, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 69-100, 2026. <http://seer.ufrgs.br/paraonde>

Para César (2011), se no projeto comemorativo oficial se buscava fortalecer o imaginário do Brasil como uma nação harmônica, constituída a partir do ato inaugural dos aventureiros portugueses, por outro lado, Coroa Vermelha (por ser cenário do projeto comemorativo), congregou diversas manifestações contrárias, recebendo cerca de 3.600 representantes de mais de 130 etnias indígenas, além de diversos segmentos dos movimentos sociais. Ainda segundo a autora, ocorreu uma atrocidade nesta Primeira Conferência Indígena e da Marcha a Porto Seguro, que foi violentamente reprimida pela Polícia Militar do Estado da Bahia.

Atualmente, junho de 2026, o processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional de Maturembá, vem se conformando como uma importante estratégia de dupla proteção para ambos (ICMBio e Terra Indígena Comexatibá) e, quiçá, possa ser reconhecida como uma práxis precursora no âmbito das áreas protegidas, uma vez que busca conciliar interesses tanto de um parque nacional como de um território indígena.

Portanto, na entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2025, a primeira questão feita à analista Juliana Fukuda foi relacionada à sua chegada ao ICMBio, e principalmente ao PND, em que ela nos responde:

Então, era 2021, a gente em plena pandemia, eu ainda trabalhando de forma totalmente remota, e já há, talvez, uns oito anos, buscando uma cidade menor para viver. Eu trabalhava na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e na Estação Ecológica do Guanabara, no Rio de Janeiro, desde 2010, e residia em Niterói. Dirigia 50 quilômetros para ir, 50 quilômetros para voltar, e buscava uma cidade menor, uma qualidade de vida melhor. Trabalhava com pescadores artesanais, o que me realizava muito, mas surgiu essa oportunidade, um edital aberto no ICMBio para a seleção de um servidor ou uma servidora para assumir a chefia do Parque Nacional do Descobrimento, no sul da Bahia. Um lugar que eu já conhecia, já tinha ido a passeio, e acompanhei quando, em 2017, teve uma ocupação da entrada do parque, como uma forma de protesto pelos Pataxó [...] o indigenismo é uma questão que eu gosto bastante. Eu fiz uma especialização na UNB, Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável, concluí em 2009. A questão em que coexistem outras áreas protegidas e unidades de conservação é um tema que me interessa, foi o tema do meu trabalho de conclusão da especialização. Então, quando surgiu esse edital, comuns no ICMBio para assumirem vagas, eu falei 'nossa, isso casa muito com o que eu estou buscando', mas era uma cidade muito pequena, tem a questão familiar também [...] enfim, me inscrevi, e foi muito rápida a seleção, fui selecionada. Fiquei meio atônita por um tempo, mas fiquei superfeliz. Foi com um pouco de tensão também, por estar no meio da pandemia... fazer mudança, tudo isso [...] fui muito bem recebida, foi maravilhoso porque o ex-gestor, o Rafael Rossato, colega analista supercompetente e uma pessoa incrível continuaria na equipe, isso me dava uma tranquilidade muito grande, de ter uma continuidade do trabalho que já vinha sendo feito. Também tinha outra analista ambiental, Dayse Leite, profissional incrível, muito bacana [...] E tem outras duas UC, que a gente divide o escritório no Prado, Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal e a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. É curioso como as histórias se cruzam. Quando eu entrei para o Ibama, porque não existia ICMBio, em 2002, a gente tinha uma lista de mais de 200 unidades para escolher [...] e o meu primeiro lugar foi a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. Foi um pouco frustrante eu não ter ido na época, e que depois eu fui conhecer. Mas, ao final, achei

ótimo, porque eu não teria conseguido, naquela época, com 20 e poucos anos, aguentar o rojão rs.... [em 2021] fui muito feliz e confiante, estava muito interessada em trabalhar essa questão. Já tinha sido assinado o primeiro termo de compromisso com os Pataxó em 2018, e então eu estava muito animada com tudo isso: trabalhar com Mata Atlântica, que eu gosto muito, continuar trabalhando com gestão de UC, que é o que eu realmente gosto de fazer [...] desde antes de entrar no Ibama, já me envolvia como voluntária, como estagiária de UC, então foi muito bom (Fukuda, 2025, 00m58s).

Nesta fala de Juliana, nos interessa fundamentar dois aspectos, em especial: a diferença entre áreas protegidas (AP) e UC; e a atuação do Povo Pataxó no Território Comexatibá.

Quanto à diferença entre AP e UC, cabe destacar que foi diante da aprovação da Lei nº 9.985/2000 (Brasil, 2000), que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em vigor até hoje, que foram categorizados 12 tipos de UC, considerando aquelas de Proteção Integral⁹ e aquelas de Uso Sustentável¹⁰. Segundo Martins Fonseca (2018), há consenso na literatura científica brasileira sobre os aspectos conflitantes que limitam a eficácia da lei do SNUC, como a coexistência do humano na UC de proteção integral, a necessidade de envolvimento da sociedade na criação de UC, a excessiva categorização de áreas protegidas, a sobreposição com territórios indígenas e os conceitos de populações tradicionais. No entanto, destaca-se a importância de uma lei que reuniu todas as normas legislativas referentes às UCs do país, que incentiva a participação da sociedade na criação e gestão, bem como a obrigatoriedade dos planos de manejo.

Já o Decreto Nº 4.340/2002 (Brasil, 2002), conhecido como Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), foi regulamentado pelo decreto Nº 5.758/2006 (Brasil, 2006) e considera os compromissos assumidos no âmbito da reunião COP-7 (2004). Para Maria Elizabeth Oliveira (2007), implica numa cooperação com a sociedade civil e contou com o Fórum Nacional de Áreas Protegidas (FNAP), plataforma de debate e mobilização criada em ambiente virtual. O PNAP apresenta princípios, diretrizes, eixos, objetivos temáticos (Decisão VII/28-COP-7) e estratégias nacionais tanto para o SNUC, como também para outros territórios protegidos tais quais as Terras Indígenas (TI), Terras Ocupadas por Remanescentes das Comunidades Quilombolas (Afrodescendentes) e Áreas com Reconhecimento Internacional, o que amplia a compreensão das UC brasileiras.

Quanto à atuação do povo Pataxó no território Comexatibá, o plano de manejo (ICMBio,

⁹ O grupo das UC de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural (MONA); e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

¹⁰ O grupo das UC de Uso Sustentável compreende as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna (REFAU); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

2024a) resgata que logo após a criação do PND, em 2003, iniciaram-se situações de conflito entre a instituição gestora da UC¹¹ e os indígenas Pataxó, denominadas como “retomadas” do território. Salienta-se que os indígenas passaram a buscar refúgio no PARNA diante de diversas situações de represálias sofridas por outras ocupações em áreas particulares do entorno do PND. Com a publicação, em 2012, da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Brasil, 2012b), assim como diante da publicação, em 2015, do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi) (Brasil, 2015), soma-se à história do PND uma nova interpretação: um cenário de dupla proteção como regime de gestão territorial. A área sob dupla proteção, entre PND e TI Comexatibá, a partir da identificação da ancestralidade indígena Pataxó, é de 19,62% (4.547,22 hectares), ocupada por seis aldeias localizadas integral ou parcialmente no interior do parque, a saber: Aldeias Alegria Nova, Gurita, Kaí, Monte Dourado, Pequi e Tibá.

Buscando compreender como Juliana percebia sua relação com a natureza e como a natureza influencia sua vida, seu cotidiano, damos destaque a alguns apontamentos:

Bom, eu sou uma pessoa que cresci na cidade de São Paulo e o que me salvou disso tudo, primeiro, foram as férias que a gente sempre ia para a praia, litoral norte de São Paulo, e onde eu me sentia muito, muito, muito eu. E, outro ponto fundamental na minha vida, foi fazer parte do movimento escoteiro por muitos anos, desde os nove, dez anos, até eu sair de São Paulo, exatamente quando entrei no Ibama, com 23 anos. Eu participei de muitos encontros, muitas atividades ao ar livre, um outro olhar para várias questões sociais, conheci várias localidades do Brasil, pelo escotismo tive a oportunidade de viajar para fora, isso me trouxe uma bagagem enorme. [...] Minha escolha profissional pela biologia nasce muito daí, dessas atividades. Dentro da graduação, [eu tive] outras oportunidades, um refinamento do que eu queria atuar... outra influência forte foram meus professores de biologia do ensino médio. Até então, eu entrei no curso achando que eu ia trabalhar com genética, com animais aquáticos e cavernas, porque eu adorava... E aí, durante a graduação, a gente foi conhecendo outras coisas e áreas protegidas foi o que me encantou... Lembro exatamente de uma palestra que falava de conflitos entre comunidades tradicionais morando em UC de proteção integral no litoral de São Paulo. E eu achei um tema incrível e fui fazer estágio no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. Tive uma orientação maravilhosa da Eliane Simões, uma pessoa muito querida que eu tenho na vida... Entrei no IBAMA muito cedo, mas já sabendo que eu gostava disso. Fui muito segura, com 23 anos, morar no Maranhão, sozinha sem conhecer ninguém, no interior de uma cidade pequena, foi muito bacana, não tive grandes percalços dentro do ambientalismo. E, não posso ignorar meu casamento com um sociólogo há 18 anos... isso foge um pouco do profissional, mas inevitavelmente ecoa... são esses, né? os caminhos da vida. Bom, eu tinha essa curiosidade, essa questão pelo indigenismo. Em 2007, quando o IBAMA estava dividindo, IBAMA-ICMBio, eu estava de mudança para Brasília. Eu acompanhei tudo em Brasília, uma greve de quatro meses dos servidores para não dividir... a gente achava que enfraqueceria os dois órgãos.... Nesse meio do caminho, eu no IBAMA, mas querendo ir para o ICMBio, fui convidada para assumir um cargo na FUNAI. Ao mesmo

¹¹ Até 2007, a gestão ocorria pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mas a partir de 2008, com a criação do ICMBio, este passa a tratar especificamente da gestão das UC.

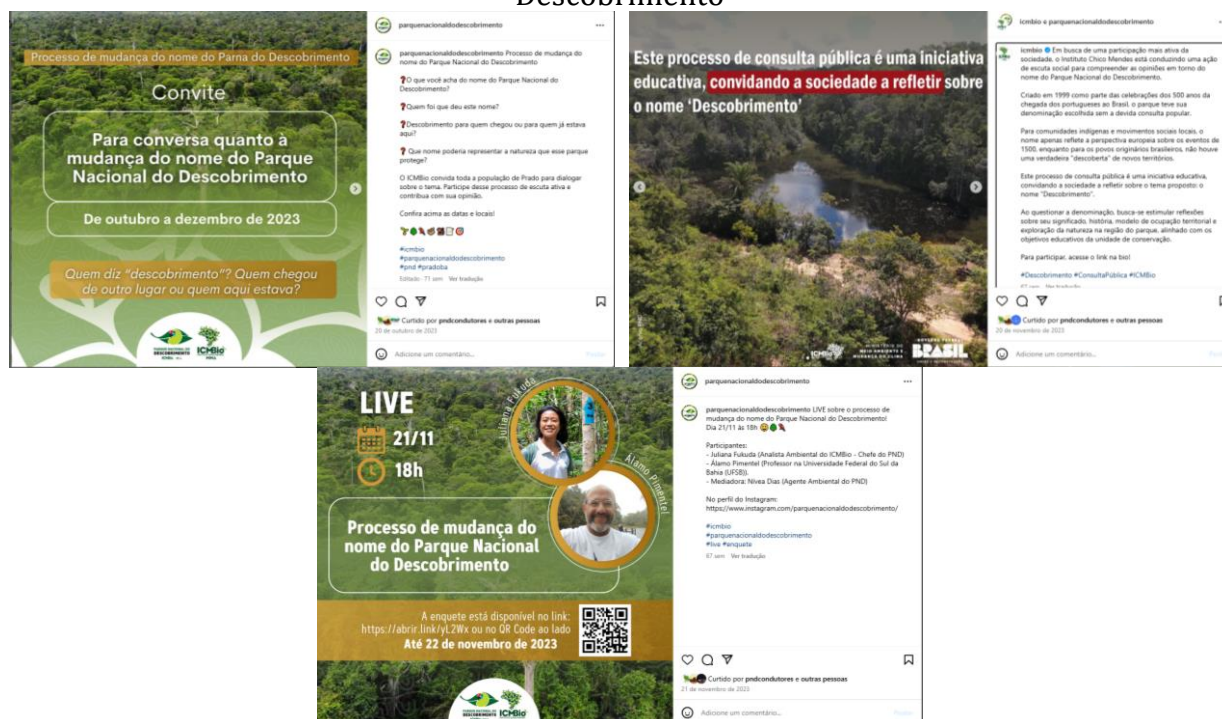
tempo, já ia começar essa especialização em indigenismo na UNB, inclusive, um dos módulos foi uma viagem para São Gabriel da Cachoeira, foi incrível. Então, descobri que estava grávida, mas quando eu recebi o convite, eu não sabia. Demorou muito a minha transferência, para sair do Ministério do Meio Ambiente e ir para o Ministério da Justiça e, quando saiu, eu já estava com a gravidez mais adiantada, pensei: agora não dá mais, porque não vou conseguir dar conta, não vou para ficar tão pouco tempo, não vale a pena. Mas eu cheguei a participar de muitas reuniões. É estranho, vislumbrando que eu assumiria aquele cargo, mas eu não assumi, cheguei a conhecer um pouco da rotina da FUNAI, não era um órgão desconhecido para mim (Fukuda, 2025, 08m07s).

Trazer o potente relato de Juliana Fukuda neste formato nos remete à obra de Vandana Shiva (2024) intitulada “Terra Viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos”. Temos a oportunidade de compreender nesta autobiografia de Shiva, tal qual sinaliza Geni Nuñez (2024), um generoso panorama pessoal e político das abundantes lutas coletivas de Vandana, uma vez que ela nomeou quem eram os agentes e protagonistas dessas lutas, extrapolando a dimensão ambiental e dando ênfase às pluralidades e às coletividades tão necessárias a qualquer movimento libertário associadas as suas vivências pessoais. Quando Juliana compartilha sua experiência conosco, tal como Vandana o fez em seu livro, nos proporciona reforçar a importância de considerar as nuances de cada contexto, considerando como o cotidiano e vida pessoal, cada especificidade, características políticas, oportunidades de estudo e trabalho, atravessam nossa individualidade, nos transformam, nos aprimoram como ser humano na busca por um equilíbrio diante de tantos interesses diversos.

Portanto, não é redundante relacionar que a atuação de Juliana Fukuda, enquanto gestora do PND, está permeada por princípios dos ecofeminismos, como movimento social feminino empenhado numa mudança profunda, com tons de ordem pessoal e sociopolítica, sensíveis às relações entre o local e o global.

Na sequência, buscamos compreender como ocorreu o processo de red denominação do PND, sob a perspectiva institucional do ICMBio, inclusive na análise documental (Figura 3), compreendemos que Juliana sempre estava atuando como uma mediadora do diálogo, indicando como deveria ser instruído o processo em termos administrativos, e trazendo práticas e questionamentos importantes de forma comprometida, responsável e cuidadosa.

Figura 3 – Posts relacionados ao processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento



Fonte: Instagram do PARNA do Descobrimento¹² (2023).

Entendemos que tal mediação não pode ser considerada tarefa fácil, pois implicava em conduzir um interesse legítimo de quem está no território, e visibilizar uma contradição política ou institucional do termo “descobrimento”. A possibilidade de encontrar divergências de opiniões é significativa, até porque muitas pessoas não compreendem ou aceitam a pauta da decolonialidade, centrada em temas indígenas ou afrodescendentes. Queríamos entender como foi para Juliana aceitar este desafio.

Eu acho que a gente precisa pensar antes, num contexto mais geral da situação, como a gestão de áreas protegidas [do país] acontece, e foi mudando, no mundo, ao longo do tempo [...] pensava-se para dentro, como ilhas de natureza, sem olhar tanto o contexto exterior. Se olhava mais pelos impactos que trazia para a UC do que pensando no contexto em que essa área estava inserida. Na época da criação do PND, em 99, boa parte do mundo (e do Brasil) ainda estava nesse tipo de gestão, e nos últimos, talvez, 15 anos, teve grandes marcos. Foi mudando (mundialmente) a necessidade de ampliar o entendimento social, das vozes e da natureza, a questão de direitos, a questão dos povos tradicionais, dos povos indígenas. A criação do ICMBio em 2007 traz isso incorporado, pretende olhar as pessoas como parte importante da gestão da UC, não só como ameaça às UC. É um entendimento de que as populações tradicionais, povos originários, são lugares onde existe natureza, estão muito ligados e são aspectos muito importantes para a nossa sociedade como um todo. Eu falava muito isso. Não é uma questão personificada, a gente não está fazendo porque fulano, beltrano decidiram fazer isso, é porque existe uma diretriz mundial, de entendimento de que as questões devem ser pautadas por esse caminho. Existem muitos movimentos pelo mundo pensando na

¹² <https://www.instagram.com/parquenacionaldodescobrimento/>

decolonialidade¹³. Em 99, quando o parque foi criado, o Brasil estava pensando muito na comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, e teve contestação em relação ao uso desse termo: que descobrimento foi esse? Acho que foi um grande momento de questionamento a esse termo, muitas manifestações grandes no país, na região de Porto Seguro, isso é marcante, isso é muito importante, e gerou muitos frutos, muitas pessoas acordaram para esse tema [...] Bom, eu vou assumir a coordenação de uma equipe que trabalha no PND, mas como é que as pessoas deixam isso lá? E aí, quando eu cheguei em Prado, eu perguntava isso para as pessoas, e eu vi como isso é muito forte no sul da Bahia, principalmente em Coroa Vermelha (Porto Seguro), tem até um turismo associado ao Descobrimento do Brasil... Como isso é venerado, é valorizado. Era uma coisa que me incomodava, falava isso em muitas situações, muitas reuniões com a equipe, mas tinha outras demandas, já construídas, mais urgentes naquele momento. Era um tema que sempre nos permeou nas conversas. E alguns meses depois a gente recebeu dois colegas, Rafael Pinto e a Flávia Bertier, analistas técnicos, profissionais, pessoas fantásticas, a gente trocava sobre isso [...] então, talvez a revisão do plano de manejo, uma demanda prioritária, assim como a questão do conselho, tenham sido aspectos importantes... Não adianta falar só do nome se não existe um entendimento do contexto, só mudar o nome é meio que mudar o nome de uma rua, de João para José. Então, não era isso, a gente tinha essa noção, na verdade, a gente achava muito importante construir bases. Essa questão é muito sensível, que é cada nome de UC trazer as suas especificidades, tem muitas unidades com dupla afetação (o PND não é o único), com território indígena, quilombola e outros... a gente tinha a missão de continuar uma gestão, uma manutenção eterna... se a gente não cuidasse disso, muita coisa ia desandar. Então, a gente tratou disso, eu acho que talvez de forma um pouco intuitiva, mas a equipe ali, toda, com o apoio das equipes das UC vizinhas, adjacentes, eram pessoas profissionais que já vinham de um caminhar, não éramos 'crus' na gestão de UC... a gente tem um processo de formação para esse nível também, então a gente não foi trabalhando pela mudança do nome, a gente foi trabalhando pela gestão da UC com o entendimento desse contexto de extremo sul da Bahia... Em todas as apresentações, a gente levava esse contexto, que é muito importante, histórico e geográfico da região, para poder entender, para a gente ir avançando, para realmente não trabalhar naquilo como era antigamente, como trabalhando numa ilha sem entender o que está fora, ou entendendo o que está fora sob uma ameaça. Então é isso, o nome é uma coisa importante sim, mas que vem como resultado de um processo que a gente queria chegar, era uma coisa que a gente tinha em mente, mas que não foi só o nome (Fukuda, 2025, 19m54s).

A forma como Juliana compreende a complexidade do tema, atenta ao contexto histórico, pautando desde a forma como eram criadas mundialmente as áreas protegidas até a relação intrínseca que existe entre os povos do território e o território protegido, evidenciam o percurso de aprendizagens nos processos de gestão de uma UC (seja no mundo, seja no Brasil). Tal qual, o incômodo que ela sinalizou com o nome do parque, antes mesmo de assumir a gestão da UC entre 2021 e 2023, indica de forma muito assertiva que mesmo diante de tantas atribuições administrativas e emergenciais para o momento, pautar esta questão não só ressoava nela, como na equipe, nas aldeias e em muitas outras pessoas vinculadas ao PND. Tal

¹³ Juliana fez interessante menção do intercâmbio da USP (graduação) na universidade McGill (Canadá), e quando, diante de diversas manifestações contra monumentos e referências de memória após a morte de George Floyd, em 25/05/2020, foi solicitada a remoção da estátua de James McGill (proprietário de escravos). Citou a remoção dos Monumentos às Bandeiras e Borba Gato (escravização e massacre de índios), em São Paulo, também.

constatação indica a imprescindibilidade de tratar o tema em algum momento, com afeto, responsabilidade e cuidado, no intuito de que o mesmo pudesse ser considerado um processo educativo, para além da red denominação de um termo inconveniente no cenário atual. Tal qual as postagens feitas no perfil do PND (Figura 3), fica evidente quão necessário era desnudar a etimologia do termo numa perspectiva alicerçada nos princípios da decolonialidade de forma *sine qua non*. A própria audiência realizada em 1º de dezembro de 2023 contou com a presença de mais de 60 pessoas (Figura 4), dentre estas o professor da UFSB, Álamo Pimentel¹⁴, e as analistas ambientais Katia Torres Ribeiro¹⁵ e Erika Fernandes Pinto¹⁶. Juliana é enfática em reconhecer as contribuições que cada um trouxe ao processo, sob as perspectivas, respectivamente, da educação, da ancestralidade e da legalidade dos temas que permeiam de forma tão pungente os diálogos que trataram da red denominação de Descobrimento para Maturembá.

Figura 4 – Chefe do PND, Juliana Fukuda, na audiência pública



Fonte: ICMBio (2024b, p. 8).

Na próxima pergunta, buscamos entender se, no âmbito do ICMBio, havia referências e exemplos necessários para promover esse trâmite administrativo, quanto ao processo não só de red denominação do parque, como também a questão do uso da terminologia de dupla proteção que vem sendo adotada pelo parque.

¹⁴ O professor Dr. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, do Campus Sosígenes Costa, da Universidade Federal do Sul da Bahia, foi parceiro imprescindível para potencializar a perspectiva educativa nos diálogos compartilhados com a sociedade no processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional de Maturembá.

¹⁵ Katia Torres Ribeiro atua na Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UC do ICMBio, e tem como missão fomentar, realizar e orientar pesquisas bem como contribuir na elaboração de políticas públicas voltadas ao manejo adaptativo de áreas protegidas, com ênfase no manejo integrado do fogo, manejo de espécies exóticas e restauração ecológica, direitos e conhecimentos de populações tradicionais, proteção de espécies ameaçadas, com foco na ampliação e qualificação da gestão participativa e do diálogo de saberes.

¹⁶ Erika Fernandes Pinto atua na Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e faz parte da Comissão Mundial de Áreas Protegidas e do Grupo de Especialistas sobre Valores Culturais e Espirituais das Áreas Protegidas, vinculados à União Internacional para a Conservação da Natureza, coordenando a Iniciativa Sítios Naturais Sagrados do Brasil.

Então, existe um lócus institucional em Brasília, já há alguns anos, a Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais (COGCOT), que trata dessas questões de dupla afetação, que são muitas. Então, em 2013 e 2014, foi atualizado um diagnóstico, um questionário aos gestores das UC que resultou no levantamento denominado “Interfaces Territoriais entre Unidades de Conservação e Povos e Comunidades Tradicionais”. Esse levantamento mostrou tudo isso, uma realidade que talvez até então não tivesse sido colocada, apesar de tão óbvia, importante e clara, que aquilo não era um problema, uma exceção, aquilo era uma situação que estava presente no país inteiro, em muitas UC. E aí, eu associo meu mestrado, sobre o processo de criação de UC, como foi melhorando ao longo das décadas, e como isso foi diminuindo os conflitos para a gestão, como isso foi facilitando. Apesar de saber que, em muitos casos, existem oportunidades políticas, históricas e tudo mais. Então, quando saiu esse trabalho, foi já muito fruto dessa nova coordenação que surgiu, que não existia, isso é fruto do ICMBio. A gente tem esse respaldo, o ICMBio está trabalhando nisso em vários lugares do Brasil. E quando teve, em 2017, a reivindicação dos Pataxó para o reconhecimento de que estavam no território, essa coordenação realmente se dedicou a esse processo, por entender que era uma situação muito especial, precisava de atenção por todo o contexto histórico. Foi um processo muito bonito, de trazer todo mundo para a conversa, lideranças incríveis Pataxó, pessoal de Brasília e profissionais incríveis do Ministério Público Federal, da FUNAI. A FUNAI, no atual governo, tem tido mais atenção, um plano de carreira, melhoria de salário, mais concursos, mas, até então, não era muito valorizada dentro do governo [...] e tem um quadro de profissionais especialistas em indigenismo, que são incríveis. Então, foi possível, em 2017, formar um grupo interinstitucional com servidores do ICMBio, da FUNAI e dos Pataxó, que criaram uma equipe realmente conjunta, e isso é o relato de colegas que participaram disso, e das lideranças Pataxó, de como foi um trabalho intenso, árduo, e muito produtivo, de conversas, de conseguir trazer as questões, e de compreensão também pelos indígenas da importância da questão de falar do parque e tentar chegar a um acordo que foi o termo de compromisso. Como qualquer acordo em uma situação que estava muito esgarçada, conseguir fazer um acordo com regras, entendimentos do que era, realmente é importante. E aí, tem esse acompanhamento do processo, todo mundo muito interessado, já que foi um esforço institucional muito grande. É tida como uma situação modelo e a gente tinha essa missão de continuar. Rafael e Dayse também se dedicaram muito. Eu acho que é perceber que isso era bom para a gestão como um todo da unidade, não é olhar para isso e falar não, a gente é ameaçado pelos Pataxó, vai ser invadido, não é esse o entendimento. O entendimento é que isso é um aspecto importante para a gestão porque ter isso apaziguado, compreendido, uma relação de confiança estabelecida, melhora outros processos de gestão, que são muito importantes, e a equipe não é grande, muito pelo contrário, a limitação de recursos é enorme e, trazendo isso, mais gente como parceiro, os Pataxó, a gente consegue melhorar outros aspectos, como a proteção da unidade, a prevenção e combate a incêndio, o uso público, trabalhar com as demais comunidades. Talvez isso tenha sido uma crítica durante o processo da rednominação, de que se colocou muito tempo e muito esforço, que não tinha outra coisa para fazer. Não, isso é um aspecto que, na verdade, ela abre espaço, tempo e oportunidade para poder trabalhar com uma gestão ampliada. É estratégico mesmo, dentro do ICMBio, não é uma questão pessoal, não foi uma coisa que ou Juliana, ou Rafael, ou Flávia, ou a equipe, ou Lilian da FUNAI, ou Procurador X do Ministério Público Federal, ou o João, não foi. Foram entendimentos de gestão institucional, tanto do ICMBio quanto da FUNAI, de que aquilo [termo de compromisso] era importante para a gestão do território (Fukuda, 2025, 36m07s).

Nesta partilha de Juliana entendemos como essencial evidenciar como as parcerias nos processos de gestão podem contribuir de forma diferenciada e propositiva no território protegido, consolidando a importância da dupla proteção do território, quando o Termo de Compromisso é firmado em 2018 e tem, em 2023, seu Aditivo, como supracitado.

Alba Simon, Leonardo Alejandro Gomide Alcântara e Wilson Madeira Filho (2021) teceram considerações perspicazes acerca desse instrumento legal denominado Termo de Compromisso (TC). Para os autores, quando o ICMBio instituiu, em julho de 2012, a Instrução Normativa nº 26 (IN 26), estabelecendo diretrizes e regulamentando os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de TC entre o ICMBio e populações tradicionais residentes em UC, observaram que uma diversidade de leis e decretos compõe o embasamento legal dela. Os autores corroboram com a perspectiva de Juliana e, ainda, afirmam que tal normativa propõe uma “ideia de rompimento com os paradigmas da dogmática jurídica tradicional, contaminada pelo apego ao excessivo formalismo, pela falsa neutralidade política e científica, e pela excessiva ênfase nos direitos individuais, de conteúdo patrimonial e contratualista, de inspiração liberal” (Simon; Alcântara; Madeira Filho, 2021, p. 216). Para tanto, destacamos o conceito:

I – termo de compromisso: instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos (ICMBio, Art. 2º IN 26, 2012, s.p.)

Para Simon, Alcântara e Madeira Filho (2021), a criação da IN 26 viabilizou que várias comunidades inseridas em UC de proteção integral assinassem com o ICMBio seus respectivos TC, conformando-se como uma internalização que tem proporcionado maior estreitamento com as culturas e modos de vida locais, das comunidades tradicionais, e a gestão do ICMBio.

Ainda assim, também é de suma importância destacar como Juliana reconhece a atuação do funcionalismo público nas áreas protegidas, mesmo diante de narrativas neoliberais, uma vez que a atuação e garantia de estabilidade dos servidores públicos têm sido alvo constante de vilanização, privilégios desnecessários e prejudiciais ao interesse público.

O primeiro gestor, uma super escolha depois do termo de compromisso, foi Anselmo Gonçalves da Silva, cara incrível, profissional. Foi uma perda para o ICMBio quando ele saiu e foi para o Instituto Federal do Acre. Foi quem, de fato, conseguiu colocar na prática toda essa construção no termo de compromisso. Ele chegou com o termo de compromisso num momento superdelicado, formalizado no papel. Mas fazer acontecer, são outros quinhentos. Acho que ele foi um ponto fundamental, é sempre muito mencionado pelo pessoal do Brasília, uma dedicação incrível e que ele realmente conseguiu, acho que a partir daí a missão é de continuar.

[...]

Eu acho importante deixar explícita a importância de ter servidores públicos estáveis, concursados, e que tenham uma carreira. Da necessidade da valorização para que se

continue, porque são processos. A ideia de que realmente são pessoas que estão lá, são servidores que passam por formações continuadas, institucionais. É igual ter um trem num trilho, pode mudar um vagão ou outro, mas o trem continua no trilho. Quem está no trem vai construindo os próximos passos no trilho também, não é uma pessoa de fora que vai lá construir o trilho que quiser. Então, ter essa questão dentro do ICMBio, da FUNAI e do Ministério Público Federal é um aspecto fundamental para promover intercâmbio. A gente conseguir ter encontros para conversar sobre outras realidades, para ir se inspirando e melhorando. Inserir sempre que possível as comunidades tradicionais, os povos originários. A gente teve uma oportunidade, por exemplo, de conhecer a situação de gestão do Parque Nacional do Pico da Neblina, que é terra indígena Yanomami, que já teve muito conflito no passado, por esse mesmo entendimento, essa área não é de indígenas e aqui só tem que ser parque, enfim, já foi um discurso. Mas atualmente, já há alguns anos, com todo o respaldo institucional de Brasília, foi sendo construído um processo superinteressante do Plano de Manejo e do Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA) feito de forma integrada, participativa. A gente pôde ir lá, fui com duas lideranças indígenas Pataxó, conhecer um pouco dessa realidade, um encontro com outros indígenas também, outras unidades, principalmente da Amazônia, para promoção desses espaços de troca mesmo (Fukuda, 2025, 48m21s).

Recentemente, diante de um cenário político nefrágico vivenciado no Brasil, entre 2016 e 2022, a Cumulus TV (2020) realizou uma transmissão intitulada “A importância do servidor público para a conservação ambiental - VERDE MAR #85”, no dia 28 de outubro, dia do servidor e da servidora pública, no intuito de sensibilizar a sociedade quanto ao tema. Segundo Caio Salles (Cumulus TV, 2020), são graças aos profissionais do setor de preservação e conservação ambiental que, independentemente dos governantes no poder, seguem trabalhando arduamente, considerando tanto preceitos técnicos como, contraditoriamente, a falta de recursos e apoio. Reforçamos nosso entendimento de que a atuação de tais servidoras e servidores busca primar pela legislação ambiental e refutar (de maneira legítima, por meio de dados e argumentos). Como exemplo, conforme inúmeros noticiários deram visibilidade, temos a declaração do ministro do Meio Ambiente (até então) Ricardo Salles, feita durante reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que visava aproveitar um momento de extrema vulnerabilidade gerada pela pandemia para “passar a boiada”, justificando a importância de 'mudar' regras enquanto a atenção da mídia estava voltada para a Covid-19, para flexibilizar a fiscalização de projetos econômicos em áreas naturais.

Mais de 5 anos se passaram e a pauta retornou com força total, mediada por interesses empresariais (indústria, elétrico, agro), o Projeto de Lei nº 2.159/2021, nomeado como PL da Devastação. Em suma, o PL busca focar na agilidade superficial e na simplificação sem embasamento técnico-científico, comprometendo a essência preventiva do licenciamento ambiental e fragilizando os mecanismos de controle e participação social. Diversos estudiosos e militantes têm afirmado que o dito PL desvaloriza o licenciamento, instrumento de garantia para financiamentos e investimentos, ampliando a insegurança jurídica e diminuindo

drasticamente a eficácia no controle de impactos e riscos de degradação ambiental.

Em meados de julho de 2025, segundo Miriam Leitão (2025), a mobilização nas redes sociais levou o #PL da Devastação ao terceiro lugar em menções no Brasil, diante do crescimento de 275,6% das postagens entre 14 e 16 de julho pedindo o adiamento da votação para que houvesse debate ampliado com a sociedade civil. No entanto, o projeto foi colocado na pauta do Congresso como votação urgente, na calada da noite anterior ao recesso parlamentar, e aprovado por 267 votos favoráveis *versus* 116 contrários. O projeto foi sancionado pelo presidente Lula no dia 08 de agosto com 63 importantes vetos, mas ainda apresenta riscos principalmente diante da possibilidade de estes serem derrubados pelo legislativo.

Nessa arena política brasileira, é imprescindível mencionar dois momentos emblemáticos vividos recentemente no Congresso Nacional. Se num dia, 05 de agosto de 2025, parlamentares de oposição ocuparam as mesas diretoras da Câmara e do Senado (Figura 5) em protesto à prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)¹⁷, com bocas cobertas por adesivos e correntes amarradas nas mãos, no outro, dia 07 de agosto, diante da realização da IV Marcha das Mulheres Indígenas (Figura 6) houve a entrega de um documento com propostas para políticas públicas específicas para os povos indígenas, destacando a importância da proteção dos corpos e territórios indígenas para a preservação do meio ambiente com foco na luta contra a violência de gênero, em defesa à demarcação de terras e em oposição a projetos que flexibilizam licenças ambientais.

Figura 5 – Parlamentares de oposição ocupam mesas do Congresso e usam esparadrapo na boca em protesto contra prisão de Bolsonaro



Fonte: Saulo Cruz, Agência Senado (2025).

Figura 6 – Mais de cinco mil mulheres indígenas entregam carta ao governo em marcha histórica em Brasília



Fonte: Rony Eloy e Matheus Alves, Ministério dos Povos Indígenas (2025).

¹⁷ A ação também teve como objetivo promover o avanço da proposta de anistia aos condenados do 8 de janeiro e o impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, obstruindo os trabalhos legislativos.

Assim, a próxima pergunta buscou compreender a percepção da entrevistada quanto ao protagonismo feminino no processo de red denominação do PND:

É, não sei... apesar de ser tudo o mesmo povo, a mesma terra, as aldeias são um pouco diferentes entre si. Mas, claro, Zabelê foi importante nesse processo de uma pessoa bem contemporânea dos Pataxó, entender e levar essa voz adiante, na conversa, no seu carisma, na sua força [...] essa região carrega muito de Zabelê, com a sua simpatia, de ser mãe de muitos filhos. Mas, todas as lideranças que assinaram o termo de compromisso são homens, né? Eu acho que tem, talvez, poucas mulheres à frente. Mas não é que elas estão fora. Elas são muito presentes, e mesmo nas aldeias que têm uma força masculina mais presente, eles também percebem, indo a outros lugares, como essa questão feminina é importante. Então, acho que tem sido um processo interessante... As meninas estão saindo mais para estudar, né? As mulheres têm saído bastante, os pais compreendem, e eu acho que vai haver uma formação, vão aparecer novas lideranças femininas. Na Tibá têm líderes femininas importantes. Ainda que não estejam à frente, são líderes. Os homens ficam para representação externa, talvez pela necessidade de força, de se colocar..., Mas as mulheres sempre segurando as pontas, internamente. Não é uma divisão explícita, mas que acaba acontecendo. Apesar de serem os homens que, talvez institucionalmente em Brasília, aparecem nas fotos, as mulheres têm atuação sim (Fukuda, 2025, 56m47s).

Emma Siliprandi (2009), dentre os apontamentos conclusivos de sua tese doutoral, sinaliza que existem ainda muitos entraves para a plena participação das mulheres na luta política, mas por diferentes meios elas se motivam e os enfrentam, construindo militância feminista e ambientalista. Para a autora, as mulheres têm se organizado, de forma paulatina e cada vez mais exponencial, para propor mudanças nesse sistema patriarcal e neoliberal por meio de ideais e utopias a serem consolidadas em ações políticas coletivas.

Observamos que se trata de um processo em construção, tal qual o Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas acerca do tema “Conflitos em Terras Indígenas” que segundo a VIII Caravana de Direitos Humanos (2003), constata que “Pôde-se perceber que as mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que possuem poder no interior das comunidades, em geral não são reconhecidas como representantes destas, perante os não-índios. Entretanto, é importante ouvir sua voz” (p. 24). Segundo o relatório, é necessário pensar em uma política indigenista que possua um corte de gênero, uma vez que os problemas dos povos indígenas também devem contar com a perspectiva feminina, atitude benéfica não somente para as mulheres, como para todos. Nessa seara, é mister visibilizar um capítulo inédito escrito na história da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), no dia 07 de maio de 2025, onde foi eleita uma mulher indígena para o cargo mais alto de sua Ouvidoria Cidadã.

Tal contexto, ainda, nos remete a Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária maia-xinka da Guatemala, que desenvolve a noção de corpo-território, argumentando que as

violências sofridas pelos corpos das mulheres indígenas estão interligadas às violências contra seus territórios, sendo uma referência central para estudos decoloniais, ecofeministas e de territorialidade (2010). Assim, resgatamos como que Tamikuã Pataxó Tania Alves Maciel (Figura 7), uma das lideranças femininas da Aldeia Tibá, em Cumuruxatiba, se tornou a ouvidora-geral do biênio 2025-2027, em um processo eleitoral que, pela primeira vez, contou com uma mulher indígena na lista tríplice.

Figura 7 – Tamikuã Pataxó é eleita ouvidora-geral e faz história como primeira mulher indígena no cargo da Defensoria da Bahia



Fonte: Mateus Bonfim – Ascom DPE/BA¹⁸ (2025).

A última questão da entrevista se refere aos avanços desse processo que, para além da red denominação do parque, está imbuído de questionamentos, reflexões e aprendizagens não só no ICMBio e na sociedade civil, como em instâncias superiores do Governo Federal, quanto ao deferimento (ou não) do pleito. Queríamos entender o sentimento de Juliana Fukuda nessa conjuntura.

¹⁸ <https://www.defensoria.ba.def.br/tamikua-pataxo-e-eleita-ouvidora-geral-e-faz-historia-como-primeira-mulher-indigena-no-cargo-da-defensoria/>

A gente tinha uma expectativa, né? Penso sempre muito positivo. De que isso ia ser rápido nesse governo que carrega muito da bandeira indígena, aquele simbolismo do Raoni subindo a rampa, na posse do Lula. Então, realmente, eu tinha essa expectativa. Acho que a equipe toda tinha, os Pataxó também, a expectativa de que isso fosse acontecer logo depois que foi encaminhado pelo Ministério do Meio Ambiente, que passou muito rápido. A gente esqueceu que isso passa pela Casa Civil, e entrou um pouco a questão das pessoas que estão lá. Eu acho que isso vai ter que vir como as outras coisas, um pouco da luta, de se colocar, porque só institucionalmente, não sai. Não foi um processo só da gestão do parque. Existe um processo coletivo em torno disso. Eu acho que essa força vai ser necessária para que esse ato aconteça [...] não é fácil e nem rápido. É um movimento que não pode deixar morrer. Acho que vai sair. O lance é estar sempre na ponta da língua. A gente vai lá, fica batendo na mesma tecla, água mole em pedra dura... Acho que uma hora sai, e vai ser muito importante. Vai ser inspirador para outros lugares, não só UC. E, mais que a mudança, é gerar a discussão disso. Tanta gente fala, mas: por quê? Quando se explica, o outro escuta, faz total sentido. Acho que isso é o mais importante, não vai ser só mudar... Existem contextos, não faz tanto tempo que foi escolhido esse nome, era o contexto daquele momento, era um contexto de que não existia uma participação popular na escolha desses nomes. Era um contexto, apesar de não ter sido há tanto tempo, bem diferente do que a gente tem hoje (Fukuda, 2025, 1h03m17s).

Experiências internacionais evidenciam como a valorização de territórios e a atribuição de direitos formais a elementos da natureza, podem fortalecer o protagonismo de povos originários e promover uma ética de convívio entre seres humanos e natureza. Exemplo emblemático é Taranaki Mounga, montanha da Nova Zelândia, que teve seu nome resgatado. Para Eva Corlett (2025), o pico, chamado de Monte Egmont (nomeação dos colonizadores europeus), também adquiriu status espiritual formalmente reconhecido diante de um acordo de reparação financeira e pedido de desculpas da coroa por suas "ações inconcebíveis" durante as Guerras de Taranaki no século XIX com confisco indiscriminado de 1,2 milhão hectares, incluindo a montanha.

O testemunho de Juliana Fukuda nos remete às possibilidades de rompimento de barreiras, questionando o colonialismo e o patriarcado para coadunar com Gloria Jean Watkins, conhecida pelo pseudônimo bell hooks:

Temos de produzir mais trabalhos escritos e testemunhos orais que documentem as maneiras pelas quais as barreiras são derrubadas, as coalizões se formam e a solidariedade é partilhada. São esses dados que vão renovar nossa esperança e proporcionar estratégias e direções para o movimento feminista no futuro (hooks, 2017, p. 148).

Portanto, o que nos motiva nesta partilha? Coadunamos com Alicia Puleo (Somos Iberoamérica, 2023, s.p.) “É impossível dar solução desde o âmbito pessoal aos problemas do mundo, mas atuar sobre o próprio espaço é importante para preservar o futuro”.

5. Considerações Finais

Este relato contribuiu na compreensão singular do que vem sendo promovido no Parque Nacional do Descobrimento. Como compreender a lógica neoliberal de preservação da natureza, uma vez que os povos do território são excluídos dos processos de gestão? Como ignorar que a ancestralidade destes, principais protagonistas para o reconhecimento da área protegida, é atravessada de forma tão perversa e violenta, desde o processo de ocupação de Pindorama?

A oportunidade em entrevistar Juliana Cristina Fukuda, e a partilha singular de suas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais, evidencia sua relação simbiótica com a natureza e atuação aguerrida por profundas mudanças nas práticas que conectam AP e povos do território. Sua mediação no processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá foi tão comprometida institucionalmente quanto na sensível escuta das vozes desse território. Essas duas nuances, muitas vezes contraditórias, encontra sonoridade quando o termo “dupla proteção” passa a ser uma possibilidade de vínculo entre ICMBio e TI Comexatibá. Em tempos em que a atuação do funcionalismo público, as práticas de preservação das AP e o pleito pelo reconhecimento e demarcação legal das TI sofrem igualmente ante narrativas neoliberais, é essencial articulação e união entre essas partes para sensibilizar a sociedade.

Dessa forma, compreendemos que o processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional Maturembá, estabelece diálogos significativos com os ecofeminismos e com a construção de um porvir decolonial. Tal aproximação não ocorre pela simples presença de mulheres em espaços formais de decisão, mas pela valorização de práticas cotidianas de resistência, de cuidado com a vida, de fortalecimento dos saberes tradicionais e de reconhecimento das relações entre corpos, territórios e natureza. A trajetória e a atuação de Juliana Fukuda evidenciam como uma gestora pública pode exercer uma mediação institucional sensível às demandas dos povos originários, tornando visível a contradição histórica presente na manutenção do termo “descobrimento” em um território marcado pela ancestralidade Pataxó.

Nesse sentido, o processo de red denominação representa uma inflexão político-epistêmica que tensiona narrativas coloniais historicamente consolidadas e abre espaço para outras formas de compreender a preservação ambiental. Embora o protagonismo feminino ainda se manifeste de maneira sutil nos espaços institucionais relacionados à gestão do território, a entrevista realizada indica que as mulheres indígenas possuem papel fundamental na sustentação da vida comunitária, na transmissão de conhecimentos, na preservação cultural

e na continuidade das lutas territoriais. Assim, mais do que um processo em conclusão (ou não), a concepção da ideia do Parque Nacional Maturembá, como uma prática possível, revela um caminho em permanente elaboração, no qual ecofeminismos, saberes ancestrais e perspectivas decoloniais se entrelaçam na busca por novas relações entre sociedade e natureza.

Tais discursos legítimos ainda não são práticas efetivas e afetivas, institucionalmente e culturalmente no território. Muitas diferenças, além de traumas, prejudicam o que poderiam ser avanços significativos nessas percepções, relações, atuações. E o reconhecimento quanto às necessidades de preservar a natureza, a luta pelos direitos indigenistas e os próprios ecofeminismos se conformam como processos em construção. Logo, compartilhar testemunhos como o da Juliana Fukuda nos servem como inspiração e horizonte de dias melhores, porque “a vida presta”.

A expressão “a vida presta” foi recente popularizada por Fernanda Torres, no contexto da premiação do Oscar do filme “Ainda Estou Aqui”, e significa que, apesar das dificuldades e desafios, a vida tem valor e beleza, e vale a pena ser vivida. Não se trata de uma avaliação objetiva da qualidade de vida, mas sim de uma percepção subjetiva de que, mesmo nos momentos ruins, há momentos bons e motivos para celebrar. É uma mensagem de esperança, resiliência e otimismo, encorajando as pessoas a valorizarem o presente e a encontrarem significado nas pequenas coisas. E, entendemos que esse movimento de questionamento e diálogo para a red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional de Maturembá pode, sem dúvida alguma, mobilizar reflexões de como a colonialidade está presente em nosso cotidiano e a importância de pautar sempre que possível sobre esse tema que nos atravessa frequentemente.

6. Apoios Recebidos

Apoio logístico do Programa de Apoio Financeiro à Qualificação - PROFIQUALI da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, entre agosto de 2024 e julho de 2025.

7. Referências

AISE SOTOLONGO, Jesús. **Algunas tesis sobre el concepto "Sur Global"**. Buenos Aires: Centro de Investigaciones de Política Internacional (Clacso), 2024. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/251686>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. In: SOLÓN, Pablo. (Org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p. 113-143.

BRASIL. Decreto de 20 de abril de 1999. Cria o Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, no Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 22 abr. 1999. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1999/decreto-2-20-abril-1999-372947-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 23 ago. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 13 jan. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Decreto de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação e a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 06 jun. 2012 (2012a). Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/2518>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 06 jun. 2012 (2012b). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi), Município de Prado (BA). DESPACHO DO PRESIDENTE, Nº 42, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 22 jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=39&data=27/07/2015>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR-Las Segovias. 2010, 33p.

CUMULUS TV. **A importância do servidor público para a conservação ambiental** - VERDE MAR #85. Rio de Janeiro: Youtube, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CiXVRCWXSfE>. Acesso em: 08 out. 2025.

CÉSAR, América Lucia Silva. **Lições de Abril**: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. Salvador: EDUFBA, 2011, 236 p.

CORLETT, Eva. **Taranaki Mouna**: New Zealand mountain granted same legal rights as a person This article is more than 6 months old: Peak formerly called Mount Egmont after being named by European settlers has spiritual status formally recognized. London: Coluna Wellington, The Guardian, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jan/30/taranaki-mouna-new-zealands-second-highest-mountain-granted-same-legal-rights-as-a-person>. Acesso em: 10 out. 2025.

DIAS, Maria Clara; SOARES, Suane; GONÇALVES, Letícia. A perspectiva dos funcionamentos: entroncamentos entre ecofeminismo e decolonialidade. **In**: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A.G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Entrevista concedida a Nome do entrevistador 2019, p. 182-197.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Funai contribui para diálogo sobre mudança de nome do Parque Nacional do Descobrimento**. Brasília: GOV.BR, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-contribui-para-dialogo-sobre-mudanca-de-nome-do-parque-nacional-do-descobrimento>. Acesso em: 09 abr. 2025.

FUKUDA, Juliana Cristina. Entrevista concedida a Virginia Martins Fonseca. **Google Meet**. [gravação]. Diamantina, 17 de janeiro de 2025. Gravação de 1h13min40s em drive de Virginia Martins Fonseca.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Editora WMF Martins Fontes, 2017, 144 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Instrução Normativa Nº 26, de 4 de julho de 2012. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, jul. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/dcom_instrucao_normativa_26_2012.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, dez. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/institucional/plano-de-manejo>. Acesso em: 31 jan. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO).

Instrumento de gestão - plano de manejo de 01/10/2024. Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento, processo nº 02125.000123/2019-88. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mar. 2024 (2024a). Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/institucional/plano-de-manejo>. Acesso em: 31 jan. 2025

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Nota Técnica nº 1/2024/PARNA Descobrimento/GR-2/GABIN/ICMBio**, de 10 de janeiro de 2024. Dispõe sobre red denominação do Parque Nacional do Descobrimento. Prado, 2024 (2024b).

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 4 set. 2025.

LEITÃO, Miriam. **Mobilização nas redes sociais leva #PL da devastação ao terceiro lugar em menções no X no Brasil**: segundo levantamento, em 24 horas foram feitas 294 mil menções ao tema. Rio de Janeiro: Globo, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2025/07/mobilizacao-nas-redes-sociais-leva-pl-da-devastacao-ao-terceiro-lugar-em-mencoes-no-x-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2025.

MARTINS FONSECA, Virginia. **Patrimonialización de la naturaleza en Argentina y Brasil: Reserva de Biosfera y Parque Nacional como discurso global y práctica local**. 2018. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografía y Turismo, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 2018. Disponível em: <http://repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/4492>. Acesso em: 08 mar. 2025.

MESSEDER, Suely; NASCIMENTO, Clebemilton (Ed.). **Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências**. Salvador: EDUFBA, 2020, 470 p.

MOREIRA, M.R.; EMPINOTTI, V.L. Território e feminismos na América Latina *In*: XX ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023. **Anais** [...]. Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-24.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2025.

NUÑEZ, Geni. Texto de orelha. *IN*: SHIVA, Vandana. **Terra viva: Minha vida em uma biodiversidade de movimentos**. Tradução: Marina Kater. São Paulo: Boitempo Editora, 2024, 216p.

OLIVEIRA, Maria Elizabeth de. **Fórum Nacional de Áreas Protegidas: A Galáxia da Internet como alternativa para a difusão de informação e articulação social?** 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Programa EICOS – Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2007_MEST_Maria_Elizabeth_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

PIMENTEL, Álamo; FUKUDA, Juliana. **Descolonizando o nome do Parque Nacional do Descobrimento**. Oeco.org, Rio de Janeiro, 31 out. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/descolonizando-o-nome-do-parque-nacional-do-descobrimento/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SANTOS, Katia Alessandra dos; ABREU, Ana Claudia Silva. Esboços Metodológicos A Partir Do Feminismo Decolonial. **Revista Feminismos**, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57159>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SHEINBAUM PARDO, Claudia. **Como decía Juárez: Nada por la fuerza; todo por la razón y el derecho**. Entre los individuos, como entre las naciones, el respeto al derecho ajeno es la paz. Mensaje al pueblo de México. [Fotografía]. Ciudad de Mexico: Instagram, [@claudia_shein], 2 fev. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DFlaV71I_JX/. Acesso em: 08 mar. 2025.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: Mujer, ecología e supervivencia**. Madrid: Horas y Horas, 1995, 302 p.

SHIVA, Vandana. **Terra viva: Minha vida em uma biodiversidade de movimentos**. Tradução: Marina Kater). São Paulo: Boitempo Editora, 2024, 216p.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SIMON, Alba.; ALCANTARA, Leonardo Alejandro Gomide; MADEIRA FILHO, Wilson. Termos de compromisso, relativizando a conservação: os casos em Oriximiná e em Niterói. In: FERNANDES MONICA, Eder; HANSEN, Gilvan Luiz; SUÁREZ BLÁZQUEZ, Guillermo (Orgs.). **Democracia, totalitarismo y gestión institucional: lecturas transversales**. Madrid: Editorial Dykinson, 2021, p. 211-240.

SOMOS IBEROAMÉRICA. **Entrevista: Alicia Puleo: “O ecofeminismo fala sobre superar todas as dominações e pensar outro modelo de sociedade”**. Seção “O Caminho da igualdade de gênero”. Espanha: AECID, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://somosiberoamerica.org/pt-br/tipo-de-conteudo/entrevista-pt/alicia-puleo-o-ecofeminismo-fala-sobre-superar-todas-as-dominacoes-e-pensar-outro-modelo-de-sociedade/>.

UFSB. **Mudança do nome do Parque Nacional do Descobrimento.** Texeira de Freitas: UFSB, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/eventos-ufsb/4372-enquete-mudanca-do-nome-do-parque-nacional-do-descobrimento>. Acesso em: 09 abr. 2025.

COP-7. **Informe de la Séptima Reunión. Decisión VII/28: Programa de trabajo sobre. Áreas Protegidas.** Kuala Lumpur: Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica, 2004. Disponível em: <https://www.CDB.int/cop/> Acesso em: 16 abr. 2025.

VIII CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas Realizadas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. Conflitos em Terras Indígenas.** Brasília: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/relatorios/relatorio_indigena.html Acesso em: 26 abr. 2025.

Contribuição das autorias (de acordo com a taxonomia [CRediT](#))

Virginia Martins Fonseca – participou da conceitualização, metodologia, investigação, administração do projeto, redação do rascunho e revisão final do texto.

Débora Schmitt Kavalek – participou da supervisão pós-doc.

